CIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA: *MANIFESTO* E *MISÉRIA DA FILOSOFIA*

REVOLUTIONARY SCIENCE: *MANIFESTO* AND *POVERTY OF PHILOSOPHY*

Elcemir Paço Cunha*

RESUMO
O objetivo central do artigo é apresentar os elementos fundamentais da ciência revolucionária conforme se desenha no *Manifesto do partido comunista* e na *Miséria da filosofia* a partir da crítica das formações ideais, particularmente das tangentes à economia política. O delineamento desses elementos requer considerações sobre a determinação social do pensamento. Os fatores explicativos das formações ideais e de suas potências científicas são nomeadamente as inflexões sociais, os antagonismos classistas e a posição social em meio ao conflito. A ciência revolucionária se estabelece como sendo a convergência entre a razão interessada na transformação social humanamente dirigida e a subordinação da consciência à propriedade das coisas, à sua dinâmica e sua mudança. Importa, portanto, fazer convergir dois temas: revolução e crítica da economia política, os quais coadunam em um padrão científico que Marx chamou *en passant* de ciência revolucionária despida da vulgata e do encapsulamento doutrinário em seu sentido mais obtuso.
PALAVRAS-CHAVE: Padrão científico. Economia política. Determinação social do pensamento.

ABSTRACT
The main objective of this paper is to show those fundamental elements of a revolutionary science as designed in the *Communist manifesto* and in *Poverty of philosophy* by a critique of ideal formations, above all these linked to political economy. The establishment of these elements requires some appointments about social determination of thought. One concludes that the explicative factors of ideal formations and its scientific potentials are namely social changes, class antagonism and the social position among such conflict. The revolutionary science is established as a convergence between an interested reason on human guided social transformation and the subordination of consciousness to the property of things, to it dynamic and change. It is therefore necessary to bring two themes together: revolution and criticism of political economy, which are consistent in a scientific standard that Marx called *en passant* of revolutionary science without the vulgate and the doctrinal encapsulation in its most obtuse sense.
KEY-WORDS: scientific pattern. Political economy. Social determination of thought.

* Doutor. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. paco.cunha@facc.ufjf.br.

I

Por ocasião dos 200 anos de Marx, o exercício da marxologia tem seu lugar no contexto de uma retomada das "afirmações puramente ontológicas" (LUKÁCS, 2013, p. 281) contidas nos diversos materiais legados pelo autor de Trier. Tal exercício tem por função estabelecer as condições de efetivação da análise de rigor comprovada e comprovante de que o texto é apreendido em sua armação integral, não impondo aspectos estranhos ou anulando dados constitutivos. Trata-se, em suma, de dar provas de ter entendido o objeto sob análise (CHASIN, 2009).

Importa, nos termos do restante da presente exposição, convergir dois temas: *revolução e crítica da economia política*, os quais coadunam em um padrão científico que Marx chamou *en passant* de *ciência revolucionária* despida da vulgata e do encapsulamento doutrinário em seu sentido mais obtuso.

Para tanto, destacam-se dois textos já visitados por diferentes razões. *Manifesto do partido comunista*, de 1848, retomado para divulgação, críticas ou mesmo para extração de uma posição politicista. É panfletário, mas comporta aquisições não descartáveis. *Miséria da filosofia*, de 1846/47, texto bem menos visitado, mas frequentemente aludido para a polêmica com Proudhon. O destaque fica com o período 1846-48 da elaboração marxiana, tratando-se de contexto revolucionário e de intensificação do antagonismo classista. Em particular, testemunha um período de avanço do estudo da economia política por parte de seu autor e já se vê uma estatura crítica considerável. Particularmente a *Miséria da filosofia* é um texto de clara consolidação da inflexão de 1843 (CHASIN, 2009) direcionando os esforços para a "crítica da terra", para a crítica das relações materiais. Nesse ponto do itinerário, Marx já resolvera as pendências com Hegel e Feuerbach e caminhava para o progressivo desenvolvimento da trajetória que o leva a *O capital*.

Pois bem, existem muitos elementos nos textos aludidos que exigiriam mais tempo. Na direção de estabelecer aquela convergência que cabe explicitar, sublinha-se o aspecto bem pouco considerado, a não ser em raras ocasiões, em ambos os textos: *o problema do conhecimento científico*. Não é um capricho ou algo puramente externo. Ambos os textos dão ensejo para isso uma vez que acomodam a crítica da economia que, por sua vez, é propriamente a crítica do

problema do conhecimento, como ensinou Chasin (2009) a respeito das três críticas instauradoras: crítica da filosofia, crítica da política e crítica da economia. É do maior interesse a crítica da economia e das formações ideais como formas de consciência científica nos exemplos da literatura socialista e do pensamento econômico. De modo que aparece o contraponto entre apologia, especulação e doutrina, de um lado, e *ciência revolucionária*, de outro, tendo em vista elementos de uma *determinação social do pensamento* (VAISMAN, 1999): a ancoragem do pensamento nas relações sociais concretas como condição de possibilidade objetiva e não causação mecânica ou coisa que o valha. O assunto é maior, devendo prevalecer a atenção à questão objetiva. Aliás, vale o esforço, pois são aquisições importantes e nunca abandonadas, surgindo novamente, por exemplo, nos "Prefácios" de *O capital*.

E por que isso importa? Grife-se o problema de duas dominâncias: o problema do conhecimento tradicionalmente posto como uma questão de método sempre *ante festum* e que se dá exclusivamente no plano individual e não como uma questão associada ao plano social e primariamente às *condições objetivas de possiblidade do conhecimento*. E a ideia contumaz ainda nos dias que seguem de que basta afeiçoar-se às mazelas sociais para estarem dadas as condições de apreensão da propriedade das coisas, do seu movimento e transformação, recorrendo, ao fim, ao recurso puramente panfletário de afirmação de princípios e entoação de jargões que nutrem a radicalidade verbal e nada mais.

II

Isto dito, frisa-se a determinação social do pensamento, isto é, as condições objetivas de possibilidade: *o estágio de desenvolvimento do modo capitalista de produção enquanto objetividade e da explicitação de seu antagonismo, além da posição social nesse antagonismo*. Para apreendermos a questão do conhecimento, é importante considerar como central a remissão que Marx continuamente faz às condições objetivas.

No *Manifesto*, assim como na *Miséria da filosofia*, aparecem considerações mais gerais, a exemplo da relação entre o mundo concreto e o mundo das ideias, e considerações mais específicas sobre a possibilidade do conhecimento.

Começando pelo geral, há, especificamente no *Manifesto*, uma sequência de parágrafos que ecoam aspectos de *A ideologia alemã* (de 1845). Vale acompanhar o conjunto, pois se trata de ancorar as formas de consciência, entre elas a consciência científica, na transformação da realidade e, particularmente, ligar tais formas de consciência ao conteúdo antagônico. Disseram os autores, portanto, e de modo sarcástico:

> Será preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; numa palavra, muda a sua consciência? Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. (MARX; ENGELS, 2005, p. 56).

Nesse caso, as ideias não teriam qualquer função, a não ser como epifenômeno? A passagem é prova do mecanicismo secularmente atribuído ao materialismo de Marx? Ao contrário, trata-se de reconhecer sua funcionalidade que, como tal, depende de modificações materiais:

> Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência. Quando o mundo antigo declinava, as antigas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às ideias Iluministas, a sociedade feudal travava sua batalha decisiva contra a burguesia então revolucionária. As ideias de liberdade religiosa e de consciência não fizeram mais que proclamar o império da livre concorrência no domínio do conhecimento. (MARX; ENGELS, 2005, p. 56-57).

O final da passagem dá ensejo para compreender o Iluminismo como expressão da ascensão da burguesia como classe revolucionária. Vê-se já que nesse plano mais geral não está ausente a questão dos conteúdos antagônicos. Existem, entretanto, considerações de ordem mais específica para as formas de consciência científica no capitalismo propriamente, melhor dizendo, condições objetivas que criam possibilidades para o impulso científico de apreensão das contradições reais, da dinâmica efetiva do sistema. Nesse contexto, para determinar as possibilidades científicas, Marx remete sempre aos estágios da luta de classes e do próprio desenvolvimento do capitalismo (como objeto sobre o qual se debruça o ímpeto científico), de um lado, e às posições sociais nesse antagonismo, de outro. Com esses elementos, é possível

encontrar a determinação social do pensamento jogando um papel importante na explicação do problema do conhecimento.

Disseram Marx e Engels (2005, p. 50) que os comunistas "não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral". Essa é uma remissão a uma *posição social* específica, isto é, à única posição que tem de fato interesse autêntico em uma transformação das relações sociais de produção naquele dado contexto em que a classe burguesa abandonara seu caráter revolucionário. Pouco adiante, emendam, sugerindo o estágio da luta de classes: as "proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo". E o arremate: "São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos" (2005, p. 51-52). É importante sublinhar a *expressão de um movimento histórico* porque alude para uma determinação histórica e objetiva de um impulso científico ligado à posição social do proletariado na explicitação do antagonismo.

Em claro contraste, há a análise apresentada no tópico *Literatura socialista e comunista*. A análise de apenas alguns pontos é relevante, pois mostra ao mesmo tempo os limites existentes para as formas de consciência e o impulso científico que não se concretiza inteiramente em razão das circunstâncias de desenvolvimento do capitalismo, da luta de classes e das posições sociais. Tomemos o exemplo do *socialismo pequeno-burguês*, cuja figura expoente foi Sismondi. Notaram Marx e Engels (2005, p. 61) que esse "socialismo dissecou com muita perspicácia as contradições inerentes às modernas relações de produção. Pôs a nu as hipócritas apologias dos economistas. Demonstrou de um modo irrefutável os efeitos mortíferos das máquinas e da divisão do trabalho, da concentração dos capitais e da propriedade territorial, a superprodução, as crises etc.". É possível ver nisso uma forma de consciência científica e uma recusa da mera apologia ao sistema, mas *positivamente* esse socialismo pequeno-burguês, reacionário em essência, "quer ou restabelecer os antigos meios de produção e de troca e, com eles, as antigas relações de propriedade e toda a antiga sociedade, ou então fazer entrar à força os meios modernos de produção e de troca no quadro estreito das antigas relações de propriedade que foram destruídas e necessariamente despedaçadas por eles" (MARX; ENGELS, 2005, p. 62). Esse é um excelente exemplo, mas existem outros para demonstrar a problemática de uma forma

de consciência inclusive frente a um objeto não desenvolvido, como no caso do capitalismo na Alemanha.

Nesse último sentido, sobre o *socialismo alemão* a tônica é precisamente a ausência das condições objetivas dada por um estágio ainda regredido do desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes naquele país. Os autores notaram, sobre este movimento, que:

> Filósofos, semifilósofos e impostores alemães lançaram-se avidamente sobre essa literatura, mas esqueceram-se de que, com a importação da literatura francesa na Alemanha, não eram importadas ao mesmo tempo as condições de vida da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário. Aparecia apenas como especulação ociosa sobre a realização da essência humana. (MARX; ENGELS, 2005, p. 62).

Assim, deixou de ser a "expressão da luta de uma classe contra outra" e tratou-se de "roupagem tecida com os fios imateriais da especulação" (2005, p. 63). Por seu turno, *O socialismo e o comunismo crítico-utópicos* são um exemplo da explicação tendo por base um estágio ainda pouco desenvolvido do capitalismo e da própria luta proletária muito embora tenham podido fazer aproximações científicas com a apreensão das contradições existentes. Escrevam Marx e Engels (2005, p. 66) que os "sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint Simon, Fourier, Owen etc., aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia". Tais autores elaboraram uma:

> descrição fantástica da sociedade futura, feita numa época em que o proletariado ainda pouco desenvolvido encara sua própria posição de um modo fantástico, corresponde às primeiras aspirações instintivas dos operários a uma completa transformação da sociedade. Mas as obras socialistas e comunistas encerram também elementos críticos. Atacam todas as bases da sociedade existente. (...). Assim, essas proposições têm ainda um sentido puramente utópico (MARX; ENGELS, 2005, p. 67).

Esses exemplos com as correntes do socialismo demonstram que as formações ideais respondem às relações materiais como condições objetivas que criam possibilidades de constituição e mesmo efetivação de tais formações. O que explica – e isto é decisivo – tais formações ideais, inclusive seus efeitos reais na realidade, são *as inflexões do desenvolvimento do capitalismo e da explicitação de seu antagonismo*. E claramente no *Manifesto*, malgrado suas limitações como reflexo dos seus propósitos, há um peso para o grau de desenvolvimento do

capitalismo, o estágio da luta de classes e a posição social a que se ligam determinadas formas de consciência com variados impulsos científicos.

Para arrematar essa questão no *Manifesto*, há uma passagem que chama a atenção para o fato de que é possível chegar a uma compreensão teórica, cientificamente consequente, mesmo que indivíduos tenham origem em posição social mais impeditiva; quer dizer, não se trata de automatismo. Lê-se que

> nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo, que uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro. Do mesmo modo que outrora uma parte da nobreza passou para a burguesia, em nossos dias uma parte da burguesia passa para o proletariado, especialmente a parte dos ideólogos burgueses que chegaram à compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto. (MARX; ENGELS, 2005, p. 49).

Observa-se na passagem que é dada a possibilidade de *compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto*, de uma consciência científica depurada, mesmo a indivíduos pertencentes às classes cujo interesse é a preservação das condições existentes. O peso, entretanto, não está, e isso não é pouco, com a singularidade desses indivíduos, mas na submissão da consciência à materialidade como pressuposto da apreensão de suas propriedades e tendências processuais.

O que é possível, em suma, reter dessas considerações gerais extraídas do *Manifesto* é que a potência científica não resulta do esforço simples da vontade de indivíduos isolados, mas de condições históricas e objetivas: grau de desenvolvimento do capitalismo, estágio da luta de classes e posição social. Isso vai se confirmar também em a *Miséria da filosofia*.

III

Como é notório, na *Miséria da filosofia* o alvo principal é Proudhon e sua metafísica da economia política. É preciso enfatizar o contraste entre Proudhon e Ricardo para os propósitos da presente exposição. Marx acentua esse contraste para mostrar como Ricardo teve melhores condições de uma expressão científica da realidade capitalista ainda que não escape da *posição social* burguesa, qual seja, de que as categorias econômicas são eternas assim como o sistema que

as engendra, explicando como se produz a riqueza, mas não como se desenvolveram historicamente as relações dessa produção e como Proudhon caminha na mesma direção. Em outras palavras, a despeito da posição social de Ricardo, um banqueiro, outros fatores explicam sua potência científica. Nisso existem dois aspectos para se reter. O primeiro é o caráter científico de Ricardo, o segundo é precisamente a explicação dessa potência dado o período histórico em que ela se situa, fazendo eco com o *Manifesto*.

Poucas passagens são suficientes sobre Ricardo, retomando a determinação científica do valor, isto é, como achado científico fundamental (ao qual deve-se voltar adiante): "a determinação do valor pelo tempo de trabalho [...] não é mais do que a expressão científica das relações econômicas da sociedade atual" (MARX, 1985, p. 70). Marx (1985, p. 50) também escreveu que a "doutrina ricardiana resume rigorosamente, impiedosamente, o ponto de vista de toda a burguesia inglesa, que é, em si mesma, a típica burguesia moderna". Em suma, "Ricardo expôs cientificamente" uma "teoria da sociedade atual, da sociedade burguesa". E a consideração comparativa com Proudhon mais vigorosa e que permite a apreensão da potência científica em jogo:

> Ricardo nos apresenta o movimento real da produção burguesa, que constitui o valor. Abstraindo este movimento real, o Sr. Proudhon "se abate" na invenção de novos procedimentos, a fim de ordenar o mundo segundo uma fórmula pretensamente original que, na verdade, é apenas uma expressão teórica do movimento real existente, tão bem exposta já por Ricardo. Este arranca da sociedade atual, para nos demonstrar como ela constitui o valor [...]. A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual; a teoria dos valores do Sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de Ricardo. Ricardo verifica a verdade da sua fórmula derivando-a de todas as relações econômicas, e assim explica todos os fenômenos, inclusive aqueles que, à primeira vista, parecem contradizê-la [...]; e é isto, precisamente, que faz da sua doutrina um sistema científico. (MARX, 1985, p. 54).

A mesma sorte não tem o "sistema" de Proudhon, cuja posição social é mais afeita, no entanto, às mazelas do proletariado, do que a impiedosa doutrina de um banqueiro londrino.

O segundo aspecto tem lugar agora como explicativo da potência científica, como adiantado. É uma análise semelhante a respeito da literatura socialista que vimos no *Manifesto*, mas aqui dedicada às escolas da economia política. Indo direto ao ponto, Marx (1985, p. 117) anotou que quanto mais "se evidencia este caráter antagônico, mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa, se embaraçam com a sua própria teoria e se

formam diferentes escolas". Há os *fatalistas*. Eles se dividem entre os clássicos e os românticos. Grife-se que há uma diferença de período histórico entre essas escolas que demarca também a potência científica. Sobre os primeiros, escreveu Marx:

> Os clássicos, como Adam Smith e Ricardo, representam uma burguesia que, lutando ainda contra os restos da sociedade feudal, trabalha apenas para depurar as relações econômicas das marcas feudais, para aumentar as forças produtivas e para dar um novo impulso à indústria e ao comércio. Participando desta luta, o proletariado, absorvido neste trabalho febril, tem apenas sofrimentos passageiros, acidentais, e ele mesmo os vê deste modo. Os economistas como Adam Smith e Ricardo, que são os historiadores desta época, não têm outra missão que a de demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesa, de formular estas relações em categorias, em leis e de demonstrar como estas leis, estas categorias são, para a produção de riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal. A miséria, a seus olhos, é apenas a dor que acompanha toda gestação, tanto na natureza como na indústria. (MARX, 1985, p. 117-118).

Em outras palavras, foi possível realizar incursão científica porquanto orientavam-se para a transformação da sociedade, livrando-a dos restos e escombros do passado. Cronologicamente posterior é o caso dos românticos:

> Os românticos pertencem à nossa época, na qual a burguesia se encontra em oposição direta ao proletariado, na qual a miséria se engendra tão abundantemente como a riqueza. Então, os economistas se apresentam como fatalistas enfastiados que, do alto da sua posição, lançam um olhar de soberbo desprezo sobre os homens-máquina que fabricam as riquezas. Plagiam todos os desenvolvimentos feitos pelos seus antecessores, e a indiferença que, naqueles, era ingenuidade, neles se converte em afetação. (MARX, 1985, p. 118).

O contexto é outro. Agora a oposição direta é entre burguesia e proletariado e esse antagonismo embaraça a teoria; torna a potência científica limitada, pois a burguesia vai deixando de ser a classe revolucionária de outrora, torna-se plagiadora etc.

Há outras duas escolas. A escola humanitária é aquela que "toma a peito o lado mau das relações de produção atuais, deplora sinceramente a infelicidade do proletariado" e se apega, como Proudhon, ao lado bom e mau do capitalismo. Há também a escola filantrópica como "escola humanitária aperfeiçoada"; ela "nega a necessidade do antagonismo, abstraindo as contradições na teoria". Por fim, "os filantropos querem conservar as categorias que exprimem as relações burguesas sem o antagonismo que as constitui e que é inseparável delas" (MARX, 1985, p.118).

O embaraço com a teoria e a dispersão entre diferentes correntes dos "representantes científicos da produção burguesa" é marca do desenvolvimento do antagonismo, condicionando, portanto, as formações ideais.

A finalização dessas considerações fará eco no *Manifesto*. Trata-se do desenvolvimento tendencial da luta proletária e, com ela, a elevação de uma forma de consciência científica alinhada à posição social do proletariado. Enquanto aumenta a possibilidade científica desta posição social, diminui a da burguesia. *Nota bene*: não significa automatismo, que simplesmente está dada a potência científica por esta posição social. Explicou Marx, nessa direção, que assim "como os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas e os comunistas* são os teóricos da classe proletária". Vê-se aqui o impulso científico de ambas as posições, quer dizer, formações ideais de caráter científico em qualidade variada. Continua Marx, para análise dos teóricos do proletariado:

> Enquanto o proletariado ainda não está bastante desenvolvido para se constituir como classe e, consequentemente, a sua própria luta com a burguesia não tem ainda um caráter político; enquanto as forças produtivas ainda não estão bastante desenvolvidas, no seio mesmo da burguesia, para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, estes teóricos são apenas utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora [referência aos socialistas utópicos]. Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar conta do que se passa ante seus olhos e se tornarem porta-vozes disto. Enquanto procuram a ciência e apenas formulam sistemas, enquanto se situam nos inícios da luta, eles veem na miséria somente a miséria, sem observarem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desta observação, a ciência produzida pelo movimento histórico [é algo, portanto, social, coletivo], e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária. (MARX, 1985, 118-119).

O acirramento da luta de classes e o aperfeiçoamento da luta política pelo proletariado, criam as condições de uma *ciência revolucionária* distinta, portanto, da economia política e de suas escolas as quais eternizam suas categorias, dos socialistas utópicos, dos reacionários e outras variantes etc.

E Proudhon nesse conjunto? A síntese crítica de Marx é útil para depreender aspectos da *ciência revolucionária*, seus traços elementares:

> Cada relação econômica tem um lado bom e um lado mau - este é o único ponto em que o Sr. Proudhon não se desmente. O lado bom, ele o vê exposto pelos economistas; o mau, denunciado pelos socialistas. Dos economistas, ele toma a necessidade de relações eternas; dos socialistas, a ilusão de ver na miséria apenas a miséria. Ele concorda com uns e outros na referência à autoridade da ciência. Esta, para ele, reduz-se às magras proporções de uma fórmula científica - é um homem à caça de fórmulas. É assim que o Sr. Proudhon se jacta de ter feito a crítica da economia política e do comunismo - está aquém de ambos. Aquém dos economistas por que, como filósofo que tem na manga uma fórmula mágica, acreditou poder dispensar-se de entrar em pormenores puramente econômicos [isto é, elevar-se de fato ao plano concreto, rico e denso]; aquém dos socialistas porque carece da coragem e lucidez necessárias para se elevar, ainda que especulativamente, acima do horizonte burguês [i.e. orientada para a transformação do existente]. Ele pretende ser a síntese, e é um erro composto. Pretende, como homem de ciência, pairar acima de burgueses e proletários, mas não passa do pequeno-burguês que oscila, constantemente, entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o comunismo. (MARX, 1985, p. 119).

A ciência revolucionária aqui é a convergência entre a posição social e o impulso de apreensão da dinâmica do sistema. A posição de uma transformação do existente coabita, nessa ciência revolucionária, com a entrada "nos pormenores puramente econômicos", elevando-se, de fato, ao plano concreto, denso e rico das coisas, suas relações e movimento. Não bastam tais componentes separadamente. É preciso conversão de um no outro, da posição social interessada na transformação social e da submissão do intelecto às propriedades do concreto, à sua dinâmica e mutação. E como se vê, não há também garantias de efetivação científica na presença de tais componentes convergidos. Não há caminho real para ciência, como anotaria Marx (2013) muitos anos mais tarde. Mas essa é outra história...

Retomando o ponto, a questão da cientificidade não se resolve por inclinações subjetivas às mazelas sociais, como em Proudhon, um ex-operário. Na avaliação, Ricardo, um banqueiro, estava em melhores condições objetivas e históricas de efetivação do impulso científico. Em suma, Proudhon "não compreendeu o estado social contemporâneo em sua engrenagem, para usarmos desta palavra que, como muitas outras coisas, o Sr. Proudhon tomou de Fourier" (MARX, 1985, p. 106). Ricardo expressou melhor essas "engrenagens" a despeito de seu horizonte limitado, de sua posição social que eterniza o modo de produção particular e suas categorias, porquanto estava em condições históricas propícias, em que a oposição entre burgueses e proletários não assumia acentuação suficiente para ser impeditiva ao impulso científico de sua posição social. Ricardo pôde fazer ciência no limite das possibilidades engendradas socialmente. Sua ciência, contudo, não era revolucionária.

O que se pode concluir no geral com a exemplaridade da literatura socialista e das escolas econômicas? Sem automatismos, que o exame das formações ideais não pode se dar desvinculado das inflexões do desenvolvimento do capitalismo e à explicitação de seu antagonismo, incluindo aí as posições sociais existentes. O impulso científico é produto de condições objetivas de desenvolvimento e não resulta da vontade de indivíduos isolados. Esse lineamento, de caráter ontológico, é aquisição marxiana consolidada nesse período e jamais abandonada.

IV

É preciso considerar ainda o limite da ciência de Ricardo, tendo conta do peso que exerce o fato de o economista londrino ser pertencente à classe dominante. Tais limites não se expressam, como visto, no impulso de verdade, de esforço de apreensão dos nexos objetivos, de exame dos teoremas, mas na determinação das categorias econômicas e do modo de produção que as constitui como eternos, proporcionando chaves para a compreensão de como se produz a riqueza, mas não como se constituíram, pela história, as relações dessa modalidade particular de produção da vida.

De saída é preciso delimitar o achado propriamente científico e fundamental ao qual Marx chegou no período considerado por óbvia intermediação de Ricardo. *Qual é o achado propriamente científico e fundamental*? Que a forma de apropriação do que é natural e da riqueza engendrada pelo mais-trabalho se altera na história e que, nela, tem prevalecido até agora os conteúdos antagônicos das relações sociais de produção, responsáveis por todo progresso civilizatório, isto é, o antagonismo entre trabalho morto, acumulado, e trabalho vivo. A forma de apropriação e o conteúdo antagônico que constituem o modo de produção capitalista centrado no valor determinado pelo tempo de trabalho mínimo necessário, sendo este o modo que mais rapidamente avançou contraditoriamente as forças produtivas, não é o fim da história senão a base para o fim da pré-história da humanidade. Isso se revela na tendência progressiva de o presente sistema se tornar demasiadamente estreito para as forças produtivas engendradas e que passam a ser tolhidas e sempre direcionadas para longe de uma autêntica finalidade humana. Trata-se de transformar as relações sociais de produção, destruir as amarras de seu conteúdo antagônico atual acerca da propriedade dos meios de produção, superando toda forma de

antagonismo que hoje limita as potências da capacidade humana para além das finalidades do capital. O agente dessa transformação é o mais autêntico produto do próprio capital, ao menos como Marx viu, no século XIX: o proletariado.

Essa descoberta científica é ilustrada em dois exemplos, um de cada texto.

No *Manifesto*, vê-se as *crises como dinâmica própria do capitalismo* e expressão de suas contradições insolúveis:

> Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises [...]. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas [quando isso é de fato possível]; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las. (MARX; ENGELS, 2005, p. 45).

Claro que essa apreensão ainda é limitada se comparada à de *O capital*, mas contém o elemento central de ser resultado da própria dinâmica do sistema. Não elimina na consideração a atuação das classes diretoras que procuram dar respostas à uma dinâmica que também não controlam integralmente, e que controlam cada vez menos dado o estrangulamento das possibilidades de reversão de tendências econômicas.

Em adição, na *Miséria* se desenha a determinação do valor na tradição ricardiana como a mais fina expressão da subordinação do trabalho vivo ao trabalho acumulado. Explicou Marx: "o que determina o valor não é o tempo de produção de uma coisa, mas o *mínimo* de tempo no qual ela poder ser produzida, e este mínimo é contatado pela concorrência" (MARX, 1985, p. 68). Não importando o grau ainda pouco desenvolvido da questão, registra-se que "a determinação do valor pelo tempo de trabalho[...] não é mais do que a expressão científica das relações econômicas da sociedade atual" (1985, p. 70).

O achado científico e fundamental realizado por Marx no período tem passagem obrigatória pelo impulso de cientificidade proporcionado por Ricardo. Não obstante, esse impulso possui, como dito, limite determinado socialmente. E como se vê, a crítica da economia realiza o enfrentamento do problema do conhecimento. Trata-se da explicitação das mistificações das

categorias econômicas como eternas, do próprio capitalismo como modo eterno de produção, e disso nem mesmo Ricardo, por ser burguês, escapa.

Os apontamentos presentes na *Miséria da filosofia* dão andamento nessa última questão e são importantes uma vez que indicam o problema do conhecimento em relação às condições objetivas, incluindo os aspectos obstrutivos. Marx (1985, p. 102) escreveu, nessa direção – e sempre em polêmica com Proudhon, que os "materiais dos economistas são a vida ativa e atuante dos homens". Esse ângulo da questão, incontornável, sugere a retidão desses materiais. Entretanto, o padrão de ciência que se desenvolve tende a congelar o movimento da realidade uma vez que os "economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas" (p. 102). A ausência de apreensão do movimento histórico que constitui tais categorias é sintomática desse padrão científico. Por meio dele, os "economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra". A reta determinação, ao contrário, teria mostrado que as "categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais da produção". Os mesmos homens que estabelecem tais relações "produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais". De tal forma, "estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios" (p. 106).

O padrão de cientificidade sob crítica tende a cristalizar o movimento. Em parte, explica-se a tendência pelo próprio território de forja desse padrão. Com os clássicos, Adam Smith e Ricardo – representantes da burguesia –, tratou-se de, como já dito, "depurar as relações econômicas das marcas feudais". Sua missão era, mais uma última vez, "demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesa, de formular estas relações em categorias, em leis e de demonstrar como estas leis, estas categorias são, para a produção de riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal" (MARX, 1985, p. 117-118). O embate científico e ideológico que acompanha a ascensão histórica da burguesia e que pavimenta sua vitória econômica e política condiciona duplamente a potência e o limite do padrão científico. Ao passo que, como visto, proporciona condições naquele momento de não se fazer apologia baixa ao sistema – como seriam acometidas, mais tarde, as demais escolas da economia –, por outro lado corta o movimento, apagando o desenvolvimento histórico das relações e suas categorias e

bloqueando o desdobramento futuro, a mudança dessas mesmas relações e categorias. Por isso Marx pôde constatar que os "economistas têm procedimentos singulares. Para eles, só existem duas espécies de instituições: as artificiais e as naturais. As instituições da feudalidade são artificiais, as da burguesia são naturais". Vê-se com clareza como o impulso científico fica assim limitado a orbitar a suposta naturalidade do modo de produção capitalista: uma clara mistificação. Assim, ao dizer que "as relações atuais - as relações da produção burguesa - são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade" (1985, p. 115). Quanto mais ascende essa burguesia e consigo, o proletariado, o agravo do novo conflito enrijece ainda mais as tendências mortíferas à determinação histórica. Os economistas, no conjunto criticado por Marx, possuem essa tendência de eternizar as categorias e o modo de produção que as engendra como os únicos racionais. O impulso científico cede lugar cada vez mais à apologética, tornando-se mais e mais improvável a possibilidade científica na posição da burguesia, agora como classe conservadora.

O padrão científico que Marx desenvolve tem sinal condicionado pela crítica da economia e, daí, ao problema do conhecimento. O achado propriamente científico e fundamental antes delimitado tem valor negativo frente aos limites identificados no padrão científico erguido pela economia política. Não obstante, esse mesmo padrão sob crítica proporciona a base racional, na figura do valor-trabalho, necessária ao estudo, daí em diante, da lógica concreta do capital. A crítica da economia proporciona condições de se colocar o problema do conhecimento em termos devidos, uma vez que seus aspectos (categorias, ideias, representações, expressões teóricas etc.) estão ancorados no estágio de desenvolvimento das relações sociais. Assim como visto no *Manifesto*, aqui também prevalece a determinação social do pensamento que demarca a problemática do conhecimento nos termos marxianos.

V

Encaminhando o desfecho da exposição, as considerações apresentadas por meio do exercício de marxologia apontam para a ciência revolucionária que pôde estabelecer achado

científico fundamental antes exposto por convergir a posição social cujo interesse é a transformação social humanamente dirigida e o impulso de subordinação da consciência às propriedades e movimentos das coisas em exame, particularmente as relações econômicas. Consolidam-se aí as bases de um padrão científico, seus fundamentos irrevogáveis.

Ao mesmo tempo, fica registrado como materiais não inteiramente dedicados ao problema do conhecimento são úteis para a exemplaridade da determinação social do pensamento. São as inflexões societais, a explicitação do antagonismo e a posição social no conjunto que constituem a base explicativa para a gênese de determinadas formações ideais. A variação do tempo histórico e as alterações nessas condições objetivas potencializam ou obstruem possibilidades às consciências científicas e suas variações inclusive em escolas com maior ou menor tendência apologética, em correntes mais reacionárias, utópicas ou simplesmente burguesas, como no caso do socialismo de Proudhon.

E por que motivo foi dada a Marx uma posição de vantagem para o exercício daquele padrão científico? Para além do acaso e de traços singulares, a resposta se anuncia justamente pelo motivo de realizar a convergência entre uma razão interessada na mudança e o melhor do acúmulo da humanidade disponível na figura dos avanços proporcionados pela economia política clássica. Seria necessário considerar aqui os aspectos do materialismo filosófico e seu acerto de contas com Hegel e Feuerbach. É possível, contudo, toma-los como dados uma vez que não foi propósito estabelecer os pontos anteriores do itinerário. Assim feito, a razão interessada de tipo particular e a base racional herdada da economia política formam parte do fundamento, ocupando também lugar decisivo para a problemática do conhecimento. Não é o mesmo que dar garantias prévias, sempre, de correção. Os elementos tangentes aos operatórios são assunto para outro momento (ver CHASIN, 2009).

Essas questões inevitavelmente levam a perguntas cujas condições de resposta são muito precárias. De um lado, é possível se perguntar pelas especificidades da apologética ao longo do século XX e com ela também sobre as especificidades dos traços reacionários e românticos sintetizados como irracionalismo. Como as inflexões afetaram essas formas de consciência científicas e filosóficas? Por outro lado, é possível considerar que hoje há um estágio superior de desenvolvimento do capitalismo com variações entre os países, claro, mas num grau de mundialidade nunca antes alcançado. É possível dizer que o estágio da luta de classes regrediu,

arrefeceu-se, tornou-se mais disfarçado? Sendo isso realidade, quais efeitos se produzem sobre o impulso científico ligado à posição social proletária? Regrediu, igualmente? Alimenta-se das ondas passadas? Estaria uma ciência revolucionária hoje dificultada, tanto em horizonte quanto em apreensão de realidade? Ou o acúmulo histórico se encarrega de proporcionar as condições para uma cientificidade ainda vigorosa a despeito das condições presentes?

REFERÊNCIAS

CHASIN, J. Marx**. Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

VAISMAN, E. A usina onto-societária do pensamento. **Ensaios Ad Hominem**, n. 1, Tomo I - Marxismo (1999). Santo André/SP: **Estudos e Edições Ad Hominem**, 1999, p. 247-287.